**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR**

Andrêssa Glaucyara Silva Ramos

Graduanda do curso de licenciatura plena em Pedagogia, pela Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras – PB. Email: andressa.bsf\_2012@hotmail.com

Kássia Mota de Sousa

Professora adjunta da Universidade Federal de Gampina Grande – UFCG, lotada na Unidade de Educação do Centro de Formação de Professores, campus Cajazeiras – PB. Email: kassia.mota@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho integra uma pesquisa em andamento, sendo referente a um projeto de trabalho de conclusão de curso (TCC), cujo objetivo geral consiste em analisar as relações inter-raciais entre crianças no contexto escolar. Os objetivos específicos são: 1) analisar como desenvolvem-se as relações entre as crianças no contexto escolar, 2) compreender, a partir das crianças, as características das relações inter-raciais, 3) investigar se há um ensino que contemple as questões referentes à diversidade racial. Os sujeitos da pesquisa serão crianças de uma turma dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para o aporte teórico, serão utilizadas obras de autores como: Munanga (2005), Amaral (2011), Santos (2006) e Cavalleiro (2003). Há previsão de trabalhar com a seguinte metodologia: abordagem qualitativa, utilizando o método etnográfico, cuja coleta de dados será feita por meio de observação, diário de campo e entrevista semiestruturada. Os resultados iniciais apontam que a sociedade brasileira, sendo herança de um regime  escravista que, no pós-abolição, não cortou os laços com a hierarquia racial, diariamente, invisibiliza e discrimina o povo negro nos mais diversos setores sociais. Não sendo a escola uma instituição neutra, nesta perpetuam-se as desigualdades que se estabelecem socialmente. Assim como na sociedade, as relações étnico-raciais desenvolvem-se no contexto escolar silenciando o povo negro e a sua cultura, como também reproduzindo estereótipos negativos e perpetuando práticas de discriminação racial.

Palavras-chave: Escravidão. Racismo. Escola. Relações inter-raciais. Crianças.

**Introdução**

O mundo acomoda uma grande diversidade racial, porém, ainda é comum vermos práticas de exclusão ocasionadas pelo racismo. O ato de tratar o outro como um ser humano inferior, por conta da cor da pele, tem se perpetuado até os dias atuais, nos mais diversos contextos sociais e, assim, chegando até a escola. Esta instituição acolhe educandos de diversas culturas, classes sociais e com diversos modos de ser. Desse modo, há uma diversidade neste local que, por vezes, não é levada em consideração pelos profissionais da educação durante a elaboração do currículo escolar, contribuindo assim para a perpetuação da discriminação racial e demais práticas de exclusão e marginalização das minorias políticas.

Diante do exposto, o trabalho terá como tema as relações étnico-raciais no contexto escolar, e o problema de pesquisa é como desenvolvem-se as relações inter-raciais no contexto escolar. Objetivo geral será: analisar as relações inter-raciais entre crianças no contexto escolar. E os objetivos específicos serão: 1) analisar como desenvolvem-se as relações entre as crianças no contexto escolar, 2) compreender, a partir das crianças, as características das relações inter-raciais, 3) investigar se há um ensino que contemple as questões referentes à diversidade racial.

Tal pesquisa faz-se relevante pelo fato de abordar como ocorrem as relações inter-raciais entre crianças no contexto escolar acerca da questão racial, baseando-se na percepção das próprias crianças e, embora haja algumas discussões relacionadas à temática, é notório a invisibilidade e marginalização da pessoa negra na sociedade.

**Metodologia**

O presente trabalho tem como metodologia de estudo a pesquisa bibliográfica. Como aporte teórico, utilizamos a Lei 10.639/03, além de autores como Munanga (2009), Cavalleiro (2003), Amaral (2011) e Santos (2006), que contribuíram efetivamente para a compreensão do histórico da escravidão do negro no Brasil e seus desdobramentos até os dias atuais, inclusive no contexto escolar e nas relações inter-racias que desenvolvem-se neste espaço.

**O negro e a escravidão no Brasil**

O Brasil desenvolveu-se social e economicamente baseado em um regime escravista. No início da colonização do País, a mão de obra utilizada foi a indígena. Posteriormente, os africanos foram capturados e trazidos para cá, mediante duras repressões. Retirados do seu continente, estes eram transportados em grandes números, dentro dos navios negreiros, nos quais homens, mulheres e crianças permaneciam amontoados nos porões, sendo submetidos a condições desumanas, sofrendo com a fome, miséria e doenças durante os longos meses de travessia do Atlântico.

Os escravos que conseguiam chegar vivos, eram examinados, para verificar sua “qualidade” e, posteriormente, eram destinados para diversos lugares, nos quais faziam vários tipos de trabalho, permanecendo na condição de dominados. Conforme aponta Amaral (2011)

No Brasil, a condição jurídica dos escravizados seguia a mesma norma do direito romano, a de “coisa”. E também como o direito romano, a escravidão seguia o ventre, o que significava dizer que todo o filho de escrava nascia escravo. Por serem **juridicamente** “coisas”, os homens e mulheres escravizados podiam ser doados, vendidos, trocados, legados nos testamentos de seus senhores e partilhados, como quaisquer outros bens (p. 12-13, grifo da autora).

Assim, aos escravos e seus filhos era a negada a condição de pessoa e, totalmente invisibilizados como sujeitos, constituiam-se, sob o domínio dos seus senhores, como patrimônio e meros objetos, utilizados para alcançar determinados fins econômicos.

Negada a sua condição humana e privados da liberdade, inclusive religiosa, “[...] os africanos que aqui chegaram, refizeram seus referenciais identitários, buscando manter a raiz africana comum, através dos valores e princípios presentificados principalmente nas línguas intercomunicantes e nos sistemas míticos comuns” (SANTOS, 2006, p.44). Deste modo, os escravos nas senzalas tinham alguns momentos dedicados a sua cultura, costumes e cultos religiosos que, mesmo originados de locais e culturas distintas, partilhavam momentos que os faziam sentir-se mais próximos e conectados às suas divindades e suas origens, por meio da música e da dança e, mesmo com a imposição da religião católica, por parte dos seus senhores.

Havia também resistência para além das questões religiosas, como era o caso das fugas. Embora houvessem vigilâncias constantes e fortes repressões, alguns rebelavam-se contra seus senhores e conseguiam fugir para os quilombos , locais onde os escravos fugidos das fazendas reuniam-se para, organizados em grupo, viverem em liberdade. Um dos quilombos mais conhecidos é o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi. Este local é considerado um símbolo da resistência dos negros contra a escravidão. Cunha (1999, apud CRUZ, 2005) relata a existência de uma escola no Quilombo da Fazenda Lagoa-Amarela, no Maranhão que, ensinando a leitura e escrita para os escravos, reflete a preocupação destes com a educação e o modo como esta lhes era negada. Assim, mais uma vez, evidencia-se os quilombos não apenas como locais de abrigo, mas também de resistência coletiva e empoderamento.

Outra alternativa de libertação, a qual dependia do dono do escravo conceder, era a alforria. Considerado como um bem, um objeto, o escravo poderia libertar-se por meio da carta de alforria. Através deste documento, o senhor concedia a liberdade ao escravo, podendo esta ser dada ou vendida. Relacionado a isso, Amaral (2011) aponta que alguns autores afirmam que

[...] os senhores brasileiros, longe de serem benevolentes, concediam a alforria por um imperativo econômico - usufruíam os escravos ao máximo, depois os vendiam pelo preço que pagaram ou, ainda, alforriavam os escravos velhos e doentes, eximindo-se do ônus de alimentá-los e tratá-los na velhice (p. 17)

Além destas condições, existiam alguns escravos que trabalhavam nas ruas ou a serviço de outras pessoas além dos seus senhores; estes recebiam pelo serviço, porém, boa parte do dinheiro ficava com o seu dono. Muitas vezes, juntavam o restante para comprar a carta de alforria; eram os chamados escravos de ganho.

Com o decorrer do tempo, as tensões relacionadas à escravidão e ao próprio modelo econômico do País foram intensificando-se, não mais adequando-se ao regime escravista vigente. Assim, após a promulgação de leis como a Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, em 13 de maio de 1888 foi aprovada a Lei Áurea, que aboliu oficialmente a escravidão do País. Era o fim da escravidão, porém, o sofrimento da população afrodescendente estendia-se para o período do pós-abolicionismo.

A abolição não gerou grandes impactos sobre o modo de vida dos senhores que, inclusive, continuaram com seus grandes lotes de terra. Em relação a determinadas pessoas negras, que até então viviam na condição de escravos, com um modo de vida baseado no trabalho exploratório, postos em novas condições, agora como libertos, tiveram que lidar com os impactos das mudanças, inclusive nas relações de trabalho.

O descaso com os negros enquanto escravos estendeu-se para o período do pós-abolição. Se usados como mão de obra já eram tratados como “coisas”, em liberdade já não geravam lucros, assim, não houve preocupação em lhes ofertar assistência nessa nova etapa de vida, em meio a uma sociedade que a muito tempo vinha sendo privilegiada e os desconsiderando na condição de pessoa humana. Assim, com o objetivo apenas de libertar os escravos, o processo de abolição não se preocupou com os rumos de vida destes, nem mesmo com as condições básicas de saúde, moradia e educação, contribuindo assim para a sua marginalização na sociedade.

**A escola e a diversidade étnico-racial**

A população afrodescendente sempre foi um segmento da sociedade que, historicamente, foi tratado com descaso, de modo desumano e marginalizado. Em tantos anos de escravidão, enquanto algumas pessoas negras eram escravizadas, a elite branca seguia em ascensão. As desigualdades acentuaram-se mediante esse processo de abolição sem assistência e, conforme Hasenbalg (1990, p. 2, apud CAVALLEIRO, 2003, p. 28)

[...] o Brasil teve que lidar depois da abolição com o “problema” posto pelos ex-escravos e descendentes africanos. A solução adotada pela nação para este “problema” fornece a chave para o entendimento das relações raciais no Brasil República. Esta solução não implicou um sistema de segregação racial semelhante ao dos Estados Unidos, mas o branqueamento e a integração simbólica dos brasileiros não-brancos através da idéia de democracia racial

O mito da democracia racial ressalta a ideia de que no País havia uma convivência pacífica entre a população, onde, independente da cor da pele, todos teriam acesso as mesmas oportunidades, negando a existência do racismo e as barreiras por ele impostas. Assim, ao mesmo tempo em que o nega, acaba acentuando-o, visto que tal negação atrasou os debates acerca do tema e silenciou as constantes práticas de exclusão, baseadas em uma hierarquia racial. Mediante tais reflexões, percebe-se que o racismo no Brasil tem raízes históricas, perpetuando práticas de discriminação racial que tem se perpetuado em diversos setores da sociedade brasileira, chegando até a escola.

Em seus estudos, Munanga (2009, p. 15) explica que “para ser racista, coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de ‘raças’ hierarquizadas dentro da espécie humana. De outro modo, no pensamento de uma pessoa racista existem raças superiores e raças inferiores”, portanto, no Brasil, este racismo ocorre quando pessoas brancas consideram-se superiores as negras e, para além desse imaginário, exercem práticas de discriminação racial que, concomitantemente, resultam em desigualdades raciais na sociedade. Nem sempre explícito, o racismo apresenta-se também de modo mais sutil e discreto: é o então chamado de racismo velado. Por conseguinte, sendo a escola uma instituição que não está isolada da sociedade, estende-se para o seu contexto situações do cotidiano de todos e todas que a frequentam, de modo que, por vezes, o ensino e o currículo escolar contribuem para a perpetuação de uma hierarquia racial.

Entre as diversas instituições sociais existentes, a família e a escola são as que, na grande maioria dos casos, estão presentes de modo mais efetivo no cotidiano das crianças, exercendo grande influência sobre o seu processo de formação. A escola, ao ofertar um saber sistematizado e construído socialmente ao longo dos anos, deve preocupar-se também com a dimensão de formação humana dos sujeitos, atentando-se para um ensino que leve em consideração a diversidade existente na sociedade e, entre elas, a diversidade racial.

Na visão de Freire (2015), a educação não é neutra e

[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ ou aprendidos, implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas *reprodutora* nem apenas *desmascaradora* da ideologia dominante (p. 96, grifos do autor).

Por conseguinte, assim como a educação que oscila entre reprodução e desmascaramento da ideologia dominante, o currículo que norteia o ensino também segue essa dinâmica, porém, em sua grande parte, acaba favorecendo as ideias e interesses da classe hegemônica. Dessa maneira, concebe-se no ensino uma visão de mundo pautada no ideal de uma elite branca, que há tempos tem sido considerada no Brasil como hierarquicamente superior.

Na escola, os reflexos dessa hierarquia racial - onde a cultura de uma elite branca é exaltada em detrimento da cultura afro-brasileira - pode ser vista nos mais diversos contextos e situações, contribuindo para que haja a ausência de representatividade para a criança negra que, não importa para onde olhe, ela apenas não se vê.

Ser uma criança negra é, na grande maioria das vezes, chegar na escola e logo deparar-se com uma parede decorada com bonecos e bonecas brancas e sorridentes; é ouvir a história do dia, que trata sobre príncipes e princesas de olhos azuis, nariz afilado e cabelos lisos; é  pegar o livro didático e, já na capa, ver a ilustração de crianças brancas, as quais predominam também na maioria das páginas, acompanhadas de adultos de pele clara, realizando boas ações e representando profissionais supervalorizados socialmente; é, no momento da pintura de desenhos, ouvir o colega pedir o lápis “cor de pele”, que em nada assemelha-se a cor do seu corpo; é, na hora do recreio, ver bonecos e bonecas brancas e, ainda durante esse momento, em virtude do barulho intenso ou da ausência do professor, correr o risco de não ser aceita pelo grupo ou até mesmo ouvir insultos relacionados ao seu tom de pele; é, voltando para a sala de aula, ver a história dos seus antepassados apenas nas páginas que tratam da escravidão no Brasil, dificultando, inclusive na atividade que solicita o recorte e colagem de imagens (sejam elas de livros ou revistas) que representem os membros de sua família; é, ao final de mais uma aula, ver o professor despedir-se de determinada criança branca com beijos e abraços e, na maior parte das vezes, ser tratada de modo diferente; ser uma criança negra é, em grande parte da sua vida escolar, olhar para diversos professores e não se vê.

Acerca dessa realidade, onde a criança negra dificilmente encontrará referências positivas sobre si, seja no ambiente escolar ou em outros contextos sociais, Cavalleiro (2003, p. 19) similarmente ressalta que

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre os negros.

Portanto, constantemente a criança convive com uma imagem estereotipada acerca do negro e a tudo que o diz respeito, sendo comum a este, atribuições como ladrão, sujo, ruim, pobre e até mesmo escravo. No dia a dia, vê que os melhores cargos são ocupados por pessoas brancas e, na televisão, os protagonistas também são brancos, havendo sempre a ausência de representatividade. Diante dessa situação, a criança negra tem dificuldades em encontrar atribuições positivas que contribuam com o seu processo de construção de identidade racial. Conforme aponta Guareschi (1998, p. 154) “[...] nós somos ‘os outros’, isto é, nos constituímos de relações, de experiências que estabelecemos e vamos estabelecendo a cada dia”, assim, as experiências negativas da criança em relação a cor da sua pele e a ausência de representatividade resultam na negação da identidade racial, dificultando também o seu processo de autoaceitação.

Desde 1978, na luta em prol de uma sociedade antirracista, o Movimento Negro obteve conquistas em relação a educação, entre elas, destaca-se a Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" determinando que

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:  
Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003)

Atualmente, a Lei 10.639/03 apresenta desafios e possibilidades na sua implementação. Embora seja obrigatória, por vezes a escola ausenta-se dessa abordagem durante grande parte do ano letivo, limitando-se ao dia ou semana da Consciência Negra, limitando-se ao longo do ano.

No ambiente escolar, a Lei 10.639/03 encontra alguns desafios, entre eles está o professor que não sabe ou não quer lidar com a temática. Há também as situações em que as contribuições do povo negro para o território brasileiro são apresentadas apenas no plano cultural, restringindo-se a capoeira, samba e feijoada, invisibilizando suas contribuições na conjuntura política e social do País, eternizando a existência do negro no passado do Brasil.

Apesar dos desafios, há também as possibilidades, que podem ser viabilizadas, por exemplo, através dos contos e jogos, que tratem da cultura africana e afrodescendente, desmitificando, inclusive, estereótipos negativos que são atribuídos a religiões de matriz africana e aos antepassados do povo negro. Além disso, a Lei 10.639/03 oportuniza o desenvolvimento de uma educação multicultural, que inclui em seu currículo e no dia a dia da escola as questões referentes à diversidade cultural, religiosa e racial que, de fato, existem no Brasil, dando voz a história e cultura da criança negra, possibilitando a esta o conhecimento do seu povo, a construção de sua identidade racial, reconhecendo-se positivamente enquanto preto/pardo e não mais sendo limitada a um passado que resume-se em escravidão.

Isto posto, a presença da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar deve ser apresentada e problematizada, levando os alunos a desconstruírem estereótipos negativos acerca do povo afrodescendente e superando as desigualdades sociais, visto que as crianças negras frequentam a escola diariamente, não apenas no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

**Considerações finais**

O presente estudo possibilitou a reflexão acerca do processo de escravidão dos africanos trazidos para o Brasil e os desdobramentos desse processo até os dias atuais. Somos herança de uma sociedade escravista que, no pós-abolição, não cortou os laços com a hierarquia racial e, diariamente, invisibiliza e discrimina o povo negro nos mais diversos setores sociais.

Não sendo a escola uma instituição neutra, nesta perpetuam-se as desigualdades que se estabelecem socialmente. Assim como na sociedade, as relações étnico-raciais desenvolvem-se no contexto escolar silenciando o povo negro e a sua cultura, como também reproduzindo estereótipos negativos e perpetuando práticas de discriminação racial. Neste contexto, o racismo é silenciado, não se fala no assunto, acreditando erroneamente que, não “assanhando” o assunto, esta prática acabará. Tal silenciamento apenas contribui para a sua perpetuação, passando a impressão de que tudo está resolvido quando, na verdade, práticas racistas são reproduzidas no cotidiano da instituição, seja de modo explícito ou através de um racismo velado.

A escola, como instituição que possui uma grande diversidade racial, faz-se um ambiente de grande potencialidade para a construção de uma sociedade antirracista, que também valoriza a multiculturalidade existente no nosso País.

**Referências**

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do negro no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011. Disponível em: < <http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_242.pdf> > . Acesso em: 26 set. 2018

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de Janeiro, de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>> . Acesso em: 18 jul. 2018

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 2. ed – São Paulo Contexto, 2003.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. p. 21 - 33.

Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa . 51ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GUARESCHI, Pedrinho. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In. ARRUDA, Angela (Org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

SANTOS, Ana Katia Alves dos. **Infância afrodescendente:** epistemologia crítica no ensino fundamental. Salvador: EDUFBA, 2006.